



Estatísticas judiciais 2014

A Instituição dá por findos 1685 processos: um aumento de produtividade de 36,9% em cinco anos

Tribunal de Justiça

As estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça relativas ao ano de 2014 são, de um modo geral, marcadas por números sem precedentes. Com efeito, o ano transato ficará marcado como o ano mais produtivo da história do Tribunal de Justiça.

Assim, em 2014 o Tribunal deu por findos 719 processos, o que representa um aumento relativamente ao ano anterior (701 processos findos em 2013), que já constituía um recorde histórico na existência do Tribunal de Justiça.

Foram submetidos ao Tribunal 622 novos processos, o que representa uma diminuição de 11%. Esta relativa diminuição respeitou, no essencial, a recursos de decisões do Tribunal Geral e a reenvios prejudiciais. O número destes últimos ascendeu, em 2014, a 428.

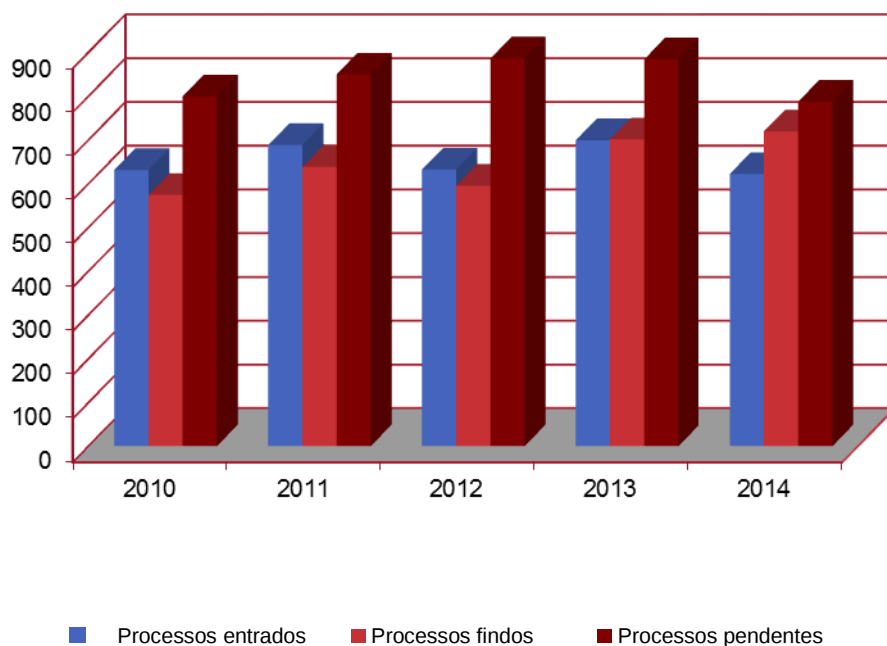
No que respeita à duração dos processos, os dados estatísticos são igualmente muito positivos.

Relativamente aos reenvios prejudiciais, esta duração é de 15 meses, o que constitui um recorde. Com efeito, em todo o período para o qual o Tribunal de Justiça dispõe de dados estatísticos fiáveis, a duração média de tratamento dos processos prejudiciais atingiu o seu nível mais baixo em 2014. A diminuição constatada relativamente a 2013 (16,3 meses) confirma aliás uma tendência nítida desde 2005.

Quanto às ações e recursos diretos e aos recursos de decisões do Tribunal Geral, a duração média do seu tratamento foi, respetivamente, de 20 meses e de 14,5 meses, uma vez mais em diminuição relativamente a 2013.

Estes dados são o fruto de uma vigilância constante que o Tribunal de Justiça exerce relativamente ao seu volume de trabalho. Além das reformas dos seus métodos de trabalho levadas a cabo nos últimos anos, a melhoria da eficácia do Tribunal de Justiça no tratamento dos processos deve-se também à utilização acrescida dos diversos instrumentos processuais de que dispõe para acelerar o tratamento de certos processos (tramitação prejudicial urgente, julgamento prioritário de um processo, tramitação acelerada, tramitação simplificada e possibilidade de o Tribunal se pronunciar sem conclusões do advogado-geral).

A tramitação prejudicial urgente foi deferida em 4 processos, que foram encerrados num prazo médio de 2,2 meses, como em 2013.



	2010	2011	2012	2013	2014
Processos entrados	631	688	632	699	622
Processos findos	574	638	595	701	719
Processos pendentes	799	849	886	884	787

Tribunal Geral da UE

2014 foi um ano excecional para o Tribunal Geral no plano estatístico, e isto a todos os níveis.

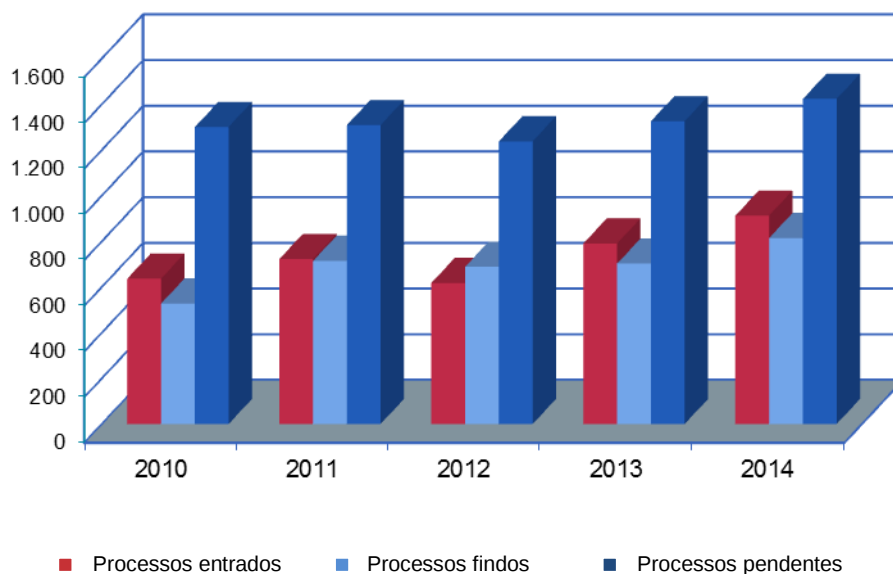
Circunstância rara, a sua composição conheceu uma estabilidade perfeita, o que não é alheio aos resultados sem precedentes registados este ano.

Tirando o máximo proveito das reformas dos seus métodos de trabalho e de um reforço dos seus recursos, a jurisdição pôde assim dar por findos 814 processos. Trata-se não só de um recorde, mas sobretudo de um aumento considerável (16%) em comparação com a média dos três últimos anos, que já eram os mais produtivos da história da jurisdição. De um modo mais global, desde 2008, a análise desta média trienal revela ganhos de produtividade superiores a 50% (passando de 479 em 2008 para 735 em 2014).

O forte crescimento do volume de atividade do Tribunal Geral reflete-se igualmente no número de processos com audiência organizada em 2014 (dos quais uma grande parte será julgada em 2015), que atingiu 390, ou seja, um aumento de mais de 40% em relação a 2013.

Os processos entrados conheceram também um aumento considerável (devido, nomeadamente, a grandes grupos de processos conexos em matéria de auxílios de Estado e de medidas restritivas), assumindo, por esta razão, uma dimensão inédita (912 processos). Assim, apesar de um rendimento excecional, o número de processos pendentes (1423 processos) aumentou de perto de uma centena em relação a 2013. Em contrapartida, o número de processos pendentes e o número de processos julgados (rácio que constitui um índice da duração prospetiva teórica da instância) é a mais baixa observada desde há quase dez anos.

Esta tendência positiva reflete-se na duração média da instância dos processos julgados em 2014, a qual baixou de 3,5 meses (passou de 26,9 meses em 2013 para 23,4 em 2014), ou seja, uma redução superior a 10%, retomando os valores observados há uma década.



	2010	2011	2012	2013	2014
Processos entrados	636	722	617	790	912
Processos findos	527	714	688	702	814
Processos pendentes	1300	1308	1237	1325	1423

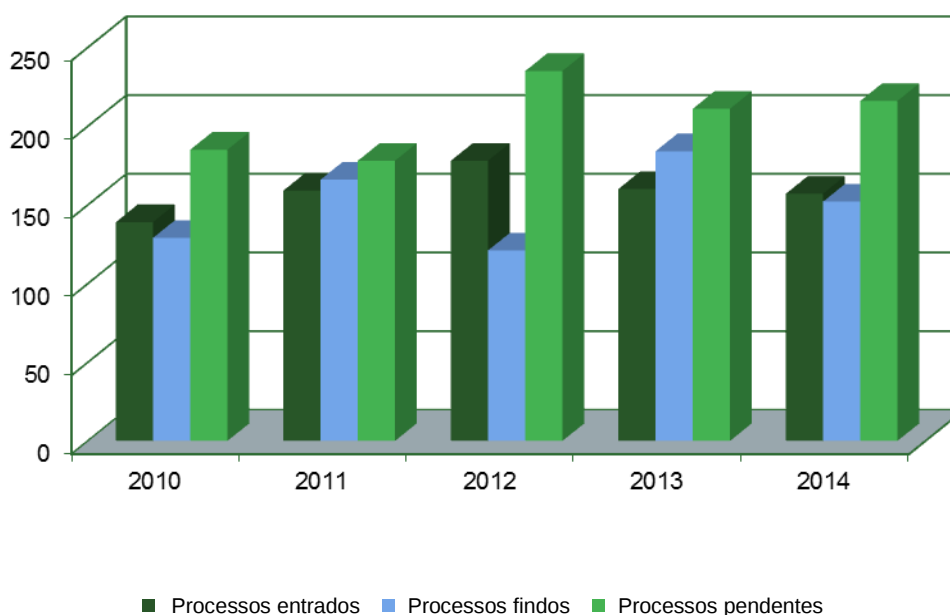
Tribunal da Função Pública

As estatísticas judiciais revelam que o número de processos entrados (157) parece ter-se estabilizado nos valores das estatísticas de 2011 (159) e de 2013 (160). Em 2012, deram entrada na jurisdição 178 novos processos, mas hoje afigura-se que esse ano foi excecional.

O número de processos findos em 2014 (152) representa, por sua vez, um recuo relativamente ao ano anterior (184), no qual o Tribunal da Função Pública tinha na verdade alcançado o melhor resultado quantitativo desde a sua criação. Este recuo explica-se pelo termo do mandato de dois juizes em 30 de setembro de 2014, o que os levou a concentrarem-se na finalização de processos suscetíveis de ser terminados antes da sua partida, deixando assim pendentes outros processos que não estavam em condições de ser julgados. Quando, em setembro de 2014, se tornou claro que o Conselho da União Europeia não conseguiria reunir a unanimidade sobre as nomeações a realizar, os dois juizes em questão, que assumem desde então as suas funções ao abrigo do artigo 5.º, terceiro parágrafo, do Estatuto do Tribunal de Justiça, retomaram a apreciação de novos processos, embora estes não tenham podido ser encerrados antes do final do ano.

Não obstante, a duração média dos processos passou de 14,7 meses em 2013 para 12,7 meses em 2014.

Por outro lado, 12 processos foram findos através de resolução amigável contra 9 no ano anterior, o que constitui, a par do ano de 2010, o melhor resultado obtido pelo Tribunal da Função Pública neste particular.



	2010	2011	2012	2013	2014
Processos entrados	139	159	178	160	157
Processos findos	129	166	121	184	152
Processos pendentes	185	178	235	211	216 ¹

¹ Dos quais 99 cuja instância foi suspensa.